RASTREANDO O QUE PARECE NÃO EXISTIR: LEVANTAMENTO DE POLÍTICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI NA UEPG

Gy Soares Sikoski (PIBIC/FA), Cloris Porto Torquato (Orientadora), Ronna Freitas de Oliveira (Co-Orientadora), gyfreek@gmail.com, clorisporto@gmail.com.
Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Estudos da Linguagem.

Área: Linguística, Letras e Artes, subárea: Linguística Aplicada

Palavras-Chave: Estudantes trans; Política de assistência; Acesso e permanência; Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Resumo

A expulsão familiar e escolar da população trans, que em média acontece aos 13 anos de idade (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021) tem papel fundamental nos dados de violência e morte atuais. Ainda assim, os espaços educacionais seguem sendo um campo de esperança da produção de uma realidade alternativa para esta população. Pensando nisso, realizo levantamento de documentação regimental e legislativa interna da UEPG acerca de políticas voltadas à comunidade trans discente. Neste levantamento, registro resolução referente a nome social. A partir deste levantamento inicial, me volto a observar algumas falhas de implementação desta política, principalmente a partir de dados da Rede Trans Fernanda Riquelme (2023). Estas falhas se demonstram como um campo em aberto para debatermos quais as demandas mais urgentes e emergentes para a produção de entrada e permanência transvestigênere nestes espaços.

Introdução

Como uma pessoa trans discente numa universidade, observar que políticas voltadas para minha população existem é um movimento importante quando percebemos que, de maneira geral, não há presenças de pessoas trans nos espaços decisórios das instituições. Assim, me coloco para analisar as políticas voltadas à população trans e travesti da UEPG, principalmente a política de nome social, pois observando tanto sua proposição textual quanto seu funcionamento em nossas vidas cotidianas podemos perceber quais as dificuldades ainda enfrentadas por estudantes trans no Ensino Superior, mas também especificamente na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Materiais e Métodos

Realizei levantamento documental de regimentos acerca de políticas para pessoas trans discentes na UEPG ,e analisei a documentação observando quais proposições e ações são apresentadas pela universidade para possibilitar a entrada, a permanência e a circulação de pessoas trans e travestis, assim como analisei os dados levantados pela Rede Trans Fernanda Riquelme, dados de rastreamento de pessoas trans na universidade em 2023.

Resultados e Discussão

A Resolução CEPE 2020.35 foi construída em parceria da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com estudantes no ano de de 2019. Ela prevê: (1) definição de id. de gênero e de nome social; (2) os procedimentos para uso de nome social; (3) os espaços possíveis para este uso e; (4) outras diretrizes para produção de um espaço institucional menos violento.

A resolução atual representa um avanço em relação à política anterior. A problemática maior analisada aqui se expande para o funcionamento e aplicação desta política. Os sistemas internos da instituição não dialogam, o que faz com que haja a necessidade de recorrentes pedidos de atualização de nome social, que geralmente são percebidos quando já houve exposição do nome civil compulsoriamente atribuído.

Para aprofundar a discussão, analisei os dados referentes ao rastreamento de pessoas trans na UEPG realizado pela Rede Trans Fernanda Riquelme no ano de 2023. Neste levantamento, as principais dificuldades encontradas por pessoas trans na UEPG são: (1) Problemas com uso de nome social e pronomes adequados, institucionalmente e de maneira interpessoal; (2) Problemas com uso de banheiro; (3) Descredibilização da intelectualidade; (4) Problemas com a atualização de nome já retificado; (5) Sensação de insegurança e exclusão de espaços de sociabilização.

A Resolução CEPE 2020.35 prevê e garante que não se realizem os atos listados acima, contudo, há ainda a necessidade de ampliação de políticas de formação e informação em âmbito institucional para garantir a aplicabilidade desta resolução.

Conclusão ou Conclusões

A política de nome social é uma tecnologia fundamental para a nossa entrada e permanência, mas as dificuldades criadas principalmente pela falta de conexão dos sistemas internos da instituição criam uma barreira adicional para estudantes trans.

Quando a política não funciona como deveria, nós somos forçadas a gastar tempo e energia tentando corrigir problemas que não deveriam existir, o que nos coloca em uma posição desigual

Uma das demandas mais urgentes é a interligação dos sistemas internos da universidade, garantindo a não exposição e constrangimento de pessoas trans por seus nomes civis compulsoriamente atribuídos. Para além disso, há necessidade de formação interna, e ainda há uma disputa de imaginário em andamento, que se inicia há muito tempo, que é a busca e luta pela transformação de percepções hegemônicas transfóbicas sobre nossa comunidade.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação Araucária pela bolsa concedida, à minha orientadora Cloris Porto Torquato pela grandíssima oportunidade, e em especial a minha co-orientadora, Ronna Freitas de Oliveira, pela atenção e disponibilidade, e pela instrução, carinho e empatia na realização deste trabalho.